

Por uma cultura de ética e de integridade do pesquisador em formação inicial

JOSÉ CEZINALDO ROCHA BESSA*

Resumo

No presente texto, procuramos refletir sobre as más condutas nas atividades de pesquisa científica e argumentar em favor de uma cultura de ética e de integridade do pesquisador em formação inicial. Apontamos que o enfrentamento dessa questão compreende um projeto mais amplo, de formação de uma consciência, que envolve várias ações e que deve ser assumido por vários atores, de preferência de forma integrada (e até mesmo interdisciplinar).

Palavras-chave: ética; integridade; pesquisador; formação inicial; interdisciplinaridade.

For a culture and researcher integrity in beginning education

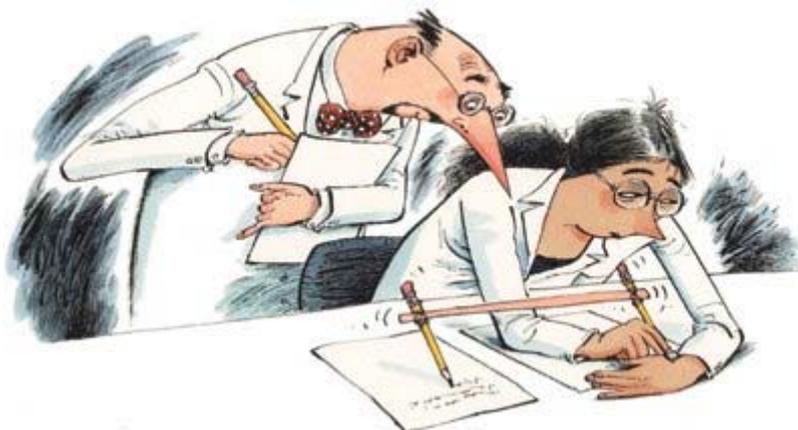
Abstract

In this text, we aim at reflecting on bad behavior by people in developing research and we argue in favor of an ethic culture and integrity from the person that is developing him/herself as a researcher. We point out that to face this question it is necessary a wider project, in search a kind of consciousness and this evolve several actions by a set of people. We believe this it is just possible if people do this together, integrated and in an interdisciplinary way).

Key words: Ethic; Integrity; Researcher; Initial Education; interdisciplinary.



* **JOSÉ CEZINALDO ROCHA BESSA** é Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Araraquara, com período de estágio de doutorado no exterior na Université de Paris VIII (bolsa PDSE/CAPES), supervisionado pela Prof^a Marília Amorim. Atualmente é Professor Assistente IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no Campus de Pau dos Ferros, RN. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: cezinaldobessa@uern.br



Disponível em: <http://www.usp.br/aun/imagens/eticac.jpg>. Acesso em: 19 jul. 2014.

Plágio, autoplágio, fabricação e falsificação de resultados, integridade na pesquisa e conduta ética são algumas das expressões correntes em discursos que se expressam sobre o universo acadêmico brasileiro nesses últimos anos. Logo, como nunca antes e com tanta recorrência e não apenas em áreas do conhecimento com tradição no assunto, se ouviu falar de questões relativas a más condutas na atividade de pesquisa.

Se não preocupa ainda a todos os atores envolvidos na cena e se não tem recebido a devida atenção de determinadas áreas do conhecimento, o assunto se expande, potencializado pela internet e já extrapola os muros da academia, tendo, inclusive, ganhado, nesses últimos dez anos, as páginas de alguns dos principais veículos de comunicação do país, conforme se pode perceber em manchetes, como as que reproduzimos abaixo:

Internet expõe e expande comércio de Teses (Folha de S. Paulo, 01 de julho de 2002).

PhD de Aluguel. (Istoé, 24 abril de 2002).

Piratária acadêmica. (A Tarde, Salvador, 20 de fevereiro de 2003).

Na Internet, ex-guarda Vira 'Doutor'. (O Globo, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2003).

Mau uso da internet sabota estudo. (Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 24 de maio de 2002).

Comércio de teses e dissertações atrai pós-graduandos. (Folha de S. Paulo, São Paulo, 7 de novembro de 2005).

Sites vendem trabalhos acadêmicos. (ABAN, Salvador, 16 de maio de 2005).

Evento debaterá plágio e integridade científica (JC, 30 de novembro de 2010).

Químico da Unicamp é acusado de fraudar 11 estudos científicos (Folha de S. Paulo, 31 de março de 2011).

USP demite professor por plágio em pesquisa (Folha de S. Paulo, 20 de fevereiro de 2011).

Aumento do plágio em produções científicas preocupa pesquisadores em todo o mundo (Estadão, 26 de março de 2011).

Universidade adota ferramenta antiplágio de textos acadêmicos (JC, 27 de maio de 2011).

Faculdades se blindam contra plágio (JC, 10 de Julho de 2012.).

Pelo recorte temporal feito, podemos perceber que as notícias envolvendo denúncias relacionadas a aspectos de ética¹ e integridade na pesquisa compreendem aspectos bem diversos: fabricação e falsificação de resultados, plágio, comércio de compra e venda de trabalhos, para citar três ou quatro dentre aqueles mais lembrados. Os atores, pelo que se noticia, vão de iniciantes na pesquisa científica a renomados pesquisadores. O palco envolve de instituições de ensino superior desconhecidas às mais respeitadas no cenário nacional e internacional. As denúncias dão conta de falta de ética e de integridade que se manifestam da concepção à divulgação da pesquisa.

Embora predominem as notícias que anunciem as práticas de má conduta na pesquisa, já é animador, de alguma forma, constatar que algumas delas apontam que instituições brasileiras, mesmo de forma tímida ainda, começam a assumir o compromisso de implementar ações de combate a esse tipo de conduta. Ações punitivas, como noticiada pela Folha de S. Paulo - “USP demite professor por plágio em pesquisa” –

¹ Tal como concebe Cenci (2002), pensamos a ética fundamentada no ideal grego da justa medida, do equilíbrio de ações. Nesses termos, ética pressupõe que o agir humano deve se concretizar em benefício do bem de todos. Podemos pensar ainda em ética nos termos definidos por Severino (2014). Retomando uma famosa formulação do Filósofo Paulo Ricoeur: “viver bem com e para os outros em instituições justas”, Severino (2014, p. 205) postula que a vivência ética recobre três momentos: “o viver bem (o si mesmo), com e para os outros (dada a presença do outro), e em instituições justas (dada a necessidade de mediações objetivas para que o convívio entre as pessoas não seja sufocado pela violência).”

podem ser uma medida desencorajadora para pesquisadores que se valem de má conduta na pesquisa. Elas não são, contudo, as únicas alternativas, como bem lembra Krokosz (2011)². É importante destacar, desde já, que as medidas punitivas devem, portanto, ser valorizadas e colocadas em prática, observando-se sempre as especificidades da prática, da cena e dos atores envolvidos. Elas não podem ser jamais uma regra, porque concordamos que “o enfrentamento do plágio no ambiente acadêmico tem a ver com a mudança das práticas institucionais que favorecem que o plágio seja evitado, mais do que punido.” (KROKOSZ, 2011, p. 764)

Seguindo esse entendimento, objetivamos, aqui, suscitar um debate sobre as más condutas em atividades de pesquisa científica e argumentar em favor de uma cultura de ética e de integridade do pesquisador em formação inicial como forma de enfrentamento desse problema. Quando propomos uma educação para uma cultura de ética e de integridade na atividade de pesquisa científica, estamos considerando que:

- 1) deve-se ter uma preocupação com a formação dos pesquisadores iniciantes (entenda-se alunos de graduação, bolsistas de iniciação científica e mestrandos) na atividade de pesquisa, porque acreditamos que o tipo de formação oferecido aos iniciantes é determinante para

² Em estudo feito em universidades do mundo e brasileiras e com base no apontado na literatura da área, o autor apresenta uma proposta de agrupamento de medidas de combate ao plágio que compreende as seguintes medidas: institucionais, preventivas, diagnósticas e corretivas.

suas ações em atividades de pesquisa futuras.

2) é preciso investir bem mais na implementação de medidas diagnósticas e preventivas, de orientação, de conscientização, de formação e de correção, sendo a penalização uma opção derradeira, quando tiverem esgotadas as outras possibilidades, especialmente quando se tratar de um pesquisador em estágio de formação inicial.

3) alguns casos de má conduta de pesquisadores iniciantes se devem, em boa medida, ao desconhecimento por parte de alguns desses pesquisadores em relação às convenções inerentes ao universo acadêmico (muito disso em virtude da negligência de nossas instituições de ensino superior no desenvolvimento de ações que deem conta dessa questão) e da conscientização sobre a necessidade da conduta da integridade e da ética na atividade de pesquisa.

Para exemplificar um dos aspectos de má conduta em pesquisa, vamos nos ater a uma questão que tem ocupado nosso interesse (ver BESSA, 2011; BESSA, BERNARDINO, NASCIMENTO, 2011), qual seja: a questão do plágio na escrita acadêmico-científica.

Partimos da compreensão de que nós, professores e pesquisadores, precisamos olhar com mais reservas certas acusações de plágio que recaem sobre a escrita de iniciantes na pesquisa e na escrita científica, muitas delas condenando o aluno, expondo-o ao constrangimento, quando, não raras vezes, esse aluno

simplesmente fez aquilo que entendia ser o esperado dele.

É de se imaginar naturalmente que, se há casos em que o plágio é uma ação intencional e deliberada do aluno iniciante na pesquisa científica, outras tantas vezes ele ocorre por desconhecimento ou por falta de uma orientação adequada sobre, por exemplo, como fazer uso das fontes citadas. Por isso, é fundamental que nossa conduta como profissional do ensino seja orientada por um olhar que considere o que há de singular na escrita de cada aluno. É sob esse olhar que se desenvolve aqui nossa crítica a discursos que tendem a generalizar e a assumir o tom segundo o qual é sempre o aluno, pesquisador em formação, o único sujeito responsável pelo plágio que comete.

Nossa experiência em sala de aula como professor do ensino superior, em cursos sobre escrita científica e em pesquisas que desenvolvemos sobre a temática da citação, tem mostrado as dificuldades dos alunos iniciantes na escrita científica quando se deparam com a necessidade de fazer uso adequado de citações, de diferenciar o que ele diz do que ele cita³ e até mesmo de saber quando, de fato, se comete plágio. Corrobora também o que dizemos acima as palavras de Saloman (2007, s.p), quando assim se posiciona:

É comum encontrar alunos que não são capazes de reconhecer o plágio e as implicações de seus atos, por não saber o que é permitido e o que não é permitido. Eles reclamaram que não

³ Em consonância com o ponto de vista teórico do dialogismo bakhtiniano, entendemos que todo dizer dialoga com o dizer do outro, desse outro que ele cita, como dimensão constitutiva de todo e qualquer tipo de enunciado. O que ele diz é, pois, a expressão da *experiência discursiva individual do falante* (BAKHTIN, 2003).

tinham certeza do que era esperado deles quando eles eram solicitados a escrever um relatório ou um texto.

Até porque, como bem sabemos, as dificuldades dos alunos não se limitam ao domínio da escrita científica. Eles enfrentam angústias também quando são confrontados com o ato de escrever quaisquer textos, conforme aponta ainda Saloman (2007, s.p),

[...] Alguns têm apenas dificuldade em escrever, por não dominar os passos do processo de escrita. Outros são apenas desconhecedores do que é esperado deles com relação a suas tarefas. Outros são apenas ansiosos em escrever tão bem quanto possível.

Se nós, professores e pesquisadores, compreendemos que escrever (e mesmo sobre temática que pesquisamos) é, muitas vezes, tarefa árdua, imagine o que pode representar o exercício da escrita científica para um aluno/pesquisador em formação, para o qual tantas vezes é cobrado escrever sobre temática que não lhe desperta o menor interesse. O que esperar, então, como produto da escrita desse aluno? O que esperar quando, em vez de se ensinar, corrigir e orientar, simplesmente se atribui zero [como dizem fazer muitos professores, conforme mostra estudo de Oliveira, Garcia e Juliari (2010)] ou se solicita ao aluno que refaça o texto, sem lhes conceder nenhuma orientação de como ele devia ter feito e de como ele pode fazer diferente e de forma adequada? Já argumentei em texto anterior que não se deve simplesmente cobrar que o aluno escreva dentro dos padrões esperados ou de condená-lo de plágio, sem tê-lo antes ensinado como se faz (BESSA, 2011).

Nossa compreensão é, pois, seguindo o que diz Stearns (1999 *apud*. SALOMON, 2007), que o plágio está diretamente

relacionado a uma falha no processo de criação do aluno (desde a sua formação na educação básica, acrescentamos aqui) e não um problema no resultado obtido. O problema não está, portanto, no produto que o aluno apresenta ao professor, mas diretamente ligado ao processo de escrita, que vai, por exemplo, da orientação inicial ao processo de correção e/ou reescrita, quando ele acontece. Sendo assim, é também um problema da escola. Sendo um problema que tem suas raízes fincadas na escola, é seu papel enfrentá-lo. É na escola, como aponta Fonseca (2011, s.p. grifos nosso), que se encontram os meios para se enfrentar esse problema:

O caminho para reverter este processo passa por diversos aspectos e um deles, indiscutivelmente, tem início na escola. É lá, na sala de aula, que se aprende e é de lá, **com exemplos e posturas éticas que os alunos, futuros profissionais, moldarão suas condutas legais. O plágio é aprendido durante o processo de formação acadêmica e deverá, portanto, ser neste ambiente que os alunos precisam, desde o início, receber orientações contundentes a respeito. Se o plágio for tratado como um assunto inócuo e inocente, o aluno aprende que poderá se valer dele em outros momentos de sua carreira.**

Em vez, portanto, de cobrarmos que os alunos se conscientizem de que o plágio é um problema, que deve ser evitado, que é uma conduta antiética, parece-nos ser uma postura bem mais adequada e produtiva que nós professores nos conscientizemos primeiro de que temos responsabilidades sobre os textos plagiados que nossos alunos nos

entregam e de que não podemos negligenciar tal fato. Porque é isso que se faz quando o professor simplesmente atribui nota zero ou reprova o aluno, sem conceder-lhes a oportunidade de operar sobre esses textos, sobre sua própria escrita, especialmente quando se trata de casos em que o aluno demonstra desconhecimento, por exemplo, dos procedimentos de citação das fontes dos textos lidos.

Defendemos que é fundamental que o professor assuma uma postura de incentivo à escrita científica de seus alunos iniciantes no universo da atividade científica, por entendermos que, num primeiro momento, os alunos não estão familiarizados com determinadas exigências da academia e que somente, paulatinamente, com orientação, acompanhamento e correção, eles se lançarão num estágio de escrita dentro dos padrões desejáveis. Citando Howard, Salomon (2007, s.) nos dá indicações de como deve ser a postura do professor:

[...] alunos devem ser incentivados a escrever, mesmo quando suas primeiras tentativas resultam em textos plagiados ou versões de textos prévios. Receber instrução com relação à importância de reescrever pode levá-los para além da cópia, enquanto chamá-los de plagiadores pode não levar a lugar nenhum. Mudar as respostas dos professores com relação à produção dos alunos pode também mudar as respostas dos alunos às solicitações dos professores. Considerar um texto feito de retalhos como plágio pode impedir que alguns alunos consigam ir além dele. A questão parece ser como levar os alunos para além desse tipo de prática sem desestimulá-los.

Dos dizeres acima, fica evidente que nossa postura, como professores e como orientadores na escrita de textos acadêmico-científicos, é mais de induzir nossos alunos a escreverem e, principalmente, de incorporarem o exercício da reescrita⁴ como parte essencial para uma atuação verbal mais bem sucedida no universo da academia, afastando-se, portanto, da tendência para a simples reprodução das palavras dos autores que citam e da cultura do copiar/colar.

Como nem sempre é fácil para o aluno aceitar a tarefa da reescrita do texto, nosso papel como professor começa com o desafio de, na prática de sala de aula (da graduação à pós-graduação), insistirmos na conscientização da necessidade do exercício da reescrita, do olhar do outro, da colaboração do colega⁵. Como orientadores, de não nos omitirmos de colocar em prática esse exercício. Como pesquisadores⁶, de trazer cada vez mais as contribuições do campo dos estudos da linguagem para o trabalho de orientação e do ensino da escrita acadêmico-científica, especialmente aquelas contribuições que

⁴ Entendemos, aqui, a reescrita como uma etapa da atividade de produção textual e não como um procedimento apartado dessa.

⁵ Pode-se pensar em propostas de trabalho com a escrita colaborativa, como sugerido em experiências e pesquisas sobre a produção textual nos diferentes níveis de ensino, como relatadas em farta produção acadêmica no campo dos estudos da linguagem.

⁶ No domínio dos estudos da linguagem, uma das poucas contribuições a esse debate é um trabalho de Paiva (2005), no qual ela se mostra surpresa com o fato de que a questão da ética tenha recebido muito pouco espaço na literatura da área. No trabalho, o interesse da autora se volta para as questões de ética que perpassam aspectos como as relações entre pesquisadores e entre pesquisadores e colaboradores.

dizem respeito ao citar, ao plágio, à conduta ética, à comunicação científica. Como pesquisadores, é desejável também que não nos omitamos de participar do debate sobre essas questões, de ler o que se produz, de participar de eventos, de produzir textos e de oferecer cursos, por exemplo.

É importante reiterar a convicção de que a atuação bem sucedida do aluno na escrita do texto científico passa pela postura do professor, que não pode ser a de alguém que procura sempre punir. Se insistimos nisso, é porque nos preocupa muito constatar que o olhar punitivo de muitos colegas, mesmo de profissionais que lidam diretamente com a linguagem, se sobrepõe a qualquer disposição de olhar para o texto científico do iniciante como algo em processo, bem como de reconhecer as limitações e os avanços que esse aluno apresenta. É motivo de preocupação também, quando percebemos que, para muitos professores, é esperado que o aluno saiba escrever, que ele não tenha dificuldade ou que ele tenha aprendido a escrever na disciplina de outro professor, responsabilizando, via de regra, num curso de Letras (com o qual estamos mais diretamente ligados), o professor de metodologia científica ou de leitura e produção de textos, como se uma determinada disciplina fosse garantia de o aluno aprender a escrever ou de escrever dentro dos padrões esperados pela comunidade científica, ou como se apenas professores X e Y devessem assumir essa responsabilidade. Isso, talvez, explique a formação que se tem oferecido aos nossos alunos nos dias de hoje, esses mesmos que, em processo de formação inicial, poderão ser os pesquisadores do futuro.

Para finalizar, queremos destacar que tão importante quanto esses investimentos em atividades visando à superação do plágio é o investimento que podemos fazer, partindo de nossos próprios exemplos, da sala de aula ao trabalho de orientação de uma pesquisa, na conscientização e implementação de uma cultura de integridade e ética na pesquisa na formação do pesquisador já no seu processo de formação inicial.

O que defendemos aqui compreende, além disso, um projeto mais amplo, de formação de uma consciência, que envolve várias ações – como, por exemplo, de informação e capacitação, como sugere Krokosz (2011) – e que pode e urge ser abraçado não apenas por um ou outro professor. Deve ser um projeto assumido por vários atores, de preferência de forma integrada (até mesmo interdisciplinar) pelos departamentos acadêmicos, pelos comitês de pesquisa, pelos grupos de pesquisa, pelas instituições, pelas agências de fomento⁷, pelas associações científicas das diversas áreas do conhecimento, entre outros.

Já que as iniciativas não têm florescido dos comitês de ética das próprias instituições (senão pela ousadia de um ou outro pesquisador com tradição de estudo na questão), um bom começo já seria não ignorar o assunto em agendas de eventos acadêmicos e encontros científicos realizados no país, porque, afinal, é

⁷ Uma iniciativa digna de nota é a criação, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), de um Código de Boas práticas Científicas, que estabelece um conjunto de “diretrizes éticas para as atividades científicas dos pesquisadores beneficiários de auxílios e bolsas da FAPESP e para o exercício da função de avaliador científico pelos assessores da FAPESP.” (2012, p. 09).

urgente que se assuma, no discurso e na prática, em todas as áreas do conhecimento, a ideia de uma cultura de ética e da integridade na pesquisa que perpassa o fazer científico do seu planejamento a sua comunicação à comunidade acadêmica e à sociedade. Se isso acontecer, já teremos dado um dos passos para se evitar, por exemplo, que as medidas punitivas se tornem a única alternativa para o enfrentamento de problemas como o do plágio e da compra e venda de trabalhos acadêmico-científicos, que tanto prejudicam a formação do pesquisador e a imagem das instituições e da ciência nacional.

Certamente, só o caminho de uma cultura da ética e da integridade em pesquisa vai criar condições para que, num futuro próximo, possamos ler, nos jornais, notícias com um tom diferente daquele evocado pelas manchetes reproduzidas no início desse texto, até porque, para um país que tenta se projetar no cenário internacional, como referência em pesquisa, não parece interessante e minimamente desejável que práticas de más condutas se multipliquem e continuem a ganhar repercussão.

Referências

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução do russo de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BESSA, J. C. R. A citação na escrita acadêmico-científica: da reprodução fiel de palavras ao desafio da reformulação do dizer. **Linguagem**, São Paulo, v. 18, s.p, 2011.

_____; BERNARDINO, R. A. dos S.; NASCIMENTO, I. A. de A. A citação na escrita acadêmico-científica de estudantes universitários:

da paráfrase ao plágio. **Encontros de Vista**, v. 9, p. 1-9, 2012.

CENCI, A. V. **O que é ética? Elementos em torno de uma ética geral**. 3. ed. Passo Fundo, 2002.

FONSECA, R. A questão do plágio. Disponível em:

<<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=newsletter&id=3>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP). **Código de Boas práticas Científicas**. 2012. Disponível em:

<[http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo de Boas Praticas Cientificas jun2012.pdf](http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo%20de%20Boas%20Praticas%20Cientificas%20jun2012.pdf)>. Acesso em: 27 jan. 2013.

KROKOSZ, M. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 48 set./dez. 2011.

OLIVEIRA, L. H. de; GARCIA, P. L.; JULIARI, C. C. B. Mercado de trabalhos acadêmicos: um estudo exploratório. **Pensamento Plural: Revista Científica da UNIFAE**, São João da Boa Vista, v.4, n.2, p. 33-42, 2010.

PAIVA, V. L. M. de O. Reflexões sobre ética e pesquisa. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 43-61, 2005.

SALOMON, V. B. Perdidos entre o plágio e a originalidade. CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16. **Anais...** Campinas, SP, Unicamp, 2007. Disponível em: <[http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes anteriores/anais16/sem12pdf/sml2ss04_08.pdf](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem12pdf/sml2ss04_08.pdf)>. Acesso em: 28 dez. 2012.

SEVERINO, A. J. Dimensão ética da investigação científica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 199-208, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/5927>. Acesso em: 30 jun. 2014.

Recebido em 2014-06-30

Publicado em 2014-08-11